

PLANEJAMENTO DESCONEXO E OPORTUNIDADES PERDIDAS: O COMÉRCIO NO ALÉM--VERDE EM PONTA GROSSA (PR)

Joel Larocca Junior (engenheiro civil e arquiteto urbanista, UEPG) , elementosdearquitetura@yahoo.com.br

Resumo: Examina-se, no artigo, os efeitos da desconexão entre o planejamento urbano abrangente e planos setoriais, como os de habitação social, o que produz longas demoras na implantação de equipamento escolar e de saúde nos novos bairros produzidos pelo programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa. Um estudo de caso dos conjuntos habitacionais implantados pelo programa entre 2013 e 2015 ao norte do Rio Verde mostra que, além do tempo em que as famílias moradoras ficam sem assistência à saúde e à educação infantil e fundamental, há ainda a completa ausência de previsão de áreas comerciais, transformando o simples abastecimento em uma extraordinária dificuldade. Essa lacuna, além disso, rouba da população do novo bairro a oportunidade de criação de pelo menos 432 empregos, que serviriam para o sustento de 15 % da sua força de trabalho.

Palavras-chave: planejamento urbano, habitação, comércio vicinal.

SCRAPPY PLANNING AND MISSED OPPORTUNITIES: TRADE IN ALÉM-VERDE, IN PONTA GROSSA (PR)

Abstract: . This paper surveys the effects from disconnection between general urban planning and sector ones, like social housing plan. This breakdown make happen big delays in start functioning schools and health centers in new settlements sponsored by Minha Casa Minha Vida [My House My Life] Program in Ponta Grossa. A case study carried out in housing neighborhoods Além-Verde [Beyond Green River] shows that, in addition to big time that dwellers endures without wealth assistance or lack education opportunities for their children, they also suffer a disturbing absence of commerce, making simple tasks like food supply turn an extraordinary embarrassment. This failure, in addition, steals from new settled people the opportunity of 432 jobs, sufficient to support 15% of their workforce.

Keywords: urban planning, housing, neighborhood trade.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da dotação de um razoável acervo de peças de planejamento territorial (inclusive o primeiro plano diretor de uma cidade do interior do Paraná, em 1967), a produção de habitação de interesse social em Ponta Grossa tem acontecido de forma avulsa, desligada das diretrizes gerais do planejamento urbano. Isso tem se traduzido em implantações quase sempre periféricas, pressionando as planilhas do transporte coletivo e da coleta de resíduos, serviços que, bem ou mal, têm que ser implantados nos conjuntos populares logo após sua ocupação. De qualquer modo, o poder público terá ido a reboque das decisões dos empreendedores habitacionais, sejam eles companhias estatais ou empresas privadas. Também o dispendioso aparato escolar e ainda os equipamentos de saúde, esporte e recreação acabam sendo afinal construídos nos conjuntos, até mesmo porque todos os municípios têm dotações obrigatórias para a educação e para a saúde. Isso se dá, no entanto, com considerável atraso em relação ao início de uso dos núcleos habitacionais. Já as áreas verdes ficarão, por muito tempo, desguarnecidas de qualquer equipamento... Poucas semanas após as cerimônias de inauguração, essas áreas já serão vazios abandonados, que convidam à ocupação irregular, como tem ocorrido na cidade, com alarmante frequência.

O dimensionamento, a localização e mesmo a qualidade da arquitetura do equipamento público dos conjuntos é tema instigante que, entretanto, deverá ser tratado em outro trabalho. No presente documento, restringe-se o foco sobre o aparato comercial e prestador de serviços, que deveria guarnecer todos os conjuntos de habitação social, e que,

por não ter sido implantado, obriga os moradores a expressivos deslocamentos para tarefas tão comzezinhas quanto prover seu abastecimento alimentar diário. O tempo em que os conjuntos os institutos de aposentadoria e pensões (os IAPs) da Segunda República tinham suas carteiras habitacionais engalanadas por projetos de grande qualidade (BRUNA, 2010; BONDUKI, 2014), contemplando equipamento comunitário e comercial de alto nível, parece ter se encerrado em 1964, com o golpe de Estado. Os militares deixaram, em Ponta Grossa, um testemunho de sua visão compartimentada, no conjunto que leva a constrangedora denominação de Vila 31 de Março, onde o morador das casas situadas na extremidade noroeste do núcleo precisa caminhar 630m e vencer 68m da acidentada topografia para chegar ao primeiro estabelecimento de comércio que, atrelado à falta de planejamento, foi-se acomodando, ao longo de meio século, no extremo oposto.

Em pleno século XXI, como parte do Programa Minha Casa Minha Vida, que poderia estar sendo um grande esforço para suplantar a herança da arquitetura banal e do urbanismo burocrático do extinto Banco Nacional de Habitação, encontra-se um pouco mais do mesmo. Está se formando na periferia nordeste da cidade, um novo bairro, fundado pelo MCMV, no extremo da malha urbana (na verdade, está 1 km além do perímetro estabelecido pelo Plano Diretor de 1992). Nele, os mesmos problemas encontrados nos empreendimentos do BNH de cinquenta anos atrás, voltam a acontecer. Os moradores dos núcleos Londres e Panamá, aos quais irão se somar, ao fim de 2015, os ocupantes das casas do conjunto Costa Rica, não tem escola implantada nem mesmo a escola do nível fundamental. Dois anos após a entrega das casas, inicia-se o processo de licitação de uma unidade de saúde da família. Já a provisão de espaços para comércio e serviços locais, estabelecimentos que abasteceriam esse novo bairro de 6,6 mil habitantes, essa não foi contemplada em nenhum momento. A falta de previsão de espaços comerciais na fase de projeto dará ensejo ao surgimento de pequenos bares e mercearias improvisados, que irão surgir como anexos das casas, desde sempre deficientes em conforto e sanidade e, além disso, irregulares perante os contratos de financiamento das casas, que são subsidiadas para terem uso habitacional. Difícilmente, porém, esse comércio informal compensará os empregos que seriam criados se tivesse havido projeto de um aparato comercial e de serviços, mesmo que modesto.

2 HABITAÇÃO SOCIAL EM PONTA GROSSA

Embora Ponta Grossa nunca tenha recebido um conjunto de habitação popular como os premiados projetos da época do Estado Novo e da Segunda República (entre o final da 2ª Guerra Mundial e o golpe de 1964), a cidade foi aquinhoada com a implantação de dois conjuntos nos anos cinquenta. Em 1952 um pequeno conjunto de 50 casas térreas foi implantado no Jardim Brasil (fundos do Hipódromo) pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado do Paraná (SCHEFFER, 2006), que acabou sendo monopolizado pelos suboficiais e cabos do 13º Regimento de Infantaria, cujo quartel fica próximo. O outro empreendimento foi de iniciativa da então Rede Viação Paraná Santa Catarina, operadora da ferrovia local, datado de 1956. Esse conjunto era constituído de 43 casas de madeira (material de construção típico daquela época, no Paraná) e apresenta hoje grandes dificuldades de identificação, pois as casas foram sendo aos poucos substituídas por construções de alvenaria, embora haja casas de madeira com 60 anos de uso, sem nenhum vestígio de senilidade. O colégio e a igreja, contudo, voltados para a praça central, permanecem como marcos dessa implantação pioneira (SCHEFFER, 2006). Em comum, ambos os empreendimentos foram entranhados na malha urbana pré-existente, e, sendo destinados a segmentos específicos, guardavam pouca distância do local de emprego.

Somente em 1966, com a criação da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (COHAB-PG), uma das três únicas Cohabs do estado, voltou Ponta Grossa a ver construção de casas de interesse social. Os recém-chegados ao poder batizaram-na com a própria data do golpe militar, 31 de Março, e suas mil pequenas casas de 25m² foram implantadas sobre minúsculos lotes de 128m² que formam um intrigante desenho onde as quadras contornam um espaço central verde (até hoje nenhuma das dez praças de miolo de quadra do empreendimento recebeu equipamento), porém sem sequer um arremedo de comércio vicinal nem de equipamento comunitário, implantados espontaneamente, mais tarde, na vizinhança sul. A localização do conjunto, afastado da malha urbana consolidada contribuiu para a demora no surgimento de algum comércio local, o qual, cinquenta anos depois, chega a apresentar um surpreendente dinamismo.

A empresa habitacional dos militares logo se envolveu em conjuntos de casas para a classe média (conjuntos Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Senador Flavio Camargo Guimarães e Vila Dal Col), construindo habitações de até 72m², com ruas pavimentadas, praças equipadas e escolas públicas implantadas de imediato, tudo isso financiado pelo FTGS dos trabalhadores. A companhia foi extinta em 1969, absorvida pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). O período da estatal estadual subsiste até o período atual, com empreendimentos de iniciativa própria ou em parceria com a nova empresa municipal, outra vez denominada Companhia de Habitação de Ponta Grossa, mas com a sigla modificada para PROLAR, a qual se especializou em produzir lotes urbanizados nos quais o beneficiário implanta sua casa por iniciativa própria, sem qualquer assistência técnica.

Durante os anos 1970 e 1980, período em que a COHAPAR agiu sozinha em Ponta Grossa, surgiu a maioria dos núcleos de habitação que determinaram a morfologia da cidade: Santa Paula, Santa Terezinha, Santa Maria (região oeste), Santa Luzia (noroeste), Bortolo Borsato, David Federmann e Rio Verde (leste). Chama a atenção do observador que a localização dos núcleos afronta o estabelecido pelo Plano Diretor de 1967. A região oeste, por exemplo, do lado externo ao contorno rodoviário, havia sido reservada para indústrias leves, uso hoje inviabilizado pela presença de mais de vinte mil moradores, trazidos ao local pelos núcleos da COHAPAR e, depois, pela PROLAR e pelos loteamentos particulares que a seguiram.

O advento da PROLAR, em 1989, pouco afetou o mecanismo locacional dos conjuntos, sempre implantados na periferia ou até além dela. Marcaram, porém, a habitação social, com uma pronunciada falta de qualidade, já que as casas assentadas sobre os lotes (mais ou menos) urbanizados pela companhia municipal passaram ser autoproduzidas, sem nenhum projeto técnico. Apesar dessa linha voltada à autoprodução, a PROLAR também ofertou, em algumas ocasiões, moradias prontas (Santa Marta, Nossa Senhora das Graças. Jardim Pitangui, e, em parceria, Santa Bárbara e Cristo Rei, estas duas fora do perímetro urbano) e, por um breve período (1998 a 2000) embrenhou-se em construir alguns “condomínios sociais” de pequenas unidades (25m²) ao longo de uma estreita viela, quase uma reprodução das sub habitações de onde provinham seus moradores. Nas raras ocasiões em que se produziram inovações, durante a gestão municipal ligeiramente esquerdista de 2001 a 2004, houve uma leve mudança de rumo, como a implantação do bairro Estrela do Lago (mesclando três classes sociais no mesmo território, sendo toda a infraestrutura custeada pelos compradores da classe média), ou o conjunto Aroeira, mais convencional; ambos, porém, diferenciados do vício anterior de aliená-los da malha já consolidada, ou seja, preenchendo vazios urbanos... De qualquer forma, as três companhias estatais (duas municipais ponta-grossenses e uma estadual), somadas a cooperativas e construtoras, haviam

produzido, nos quarenta anos de sua atuação, 18.485 moradias, sendo 10% apartamentos e 90% casas.

É interessante apontar a notória horizontalidade da habitação social na cidade, sendo raros os edifícios de apartamentos de interesse social. Estes quase sempre partiram da iniciativa de alguma empresa ou cooperativa especializada, concentrando-se na região norte (Monteiro Lobato, Raul Pinheiro Machado) e sul (Antares, Acácia I e II). Apenas o primeiro dos conjuntos citados, de 1978, apresenta alguma qualidade arquitetônica em parte de seus 33 blocos e 768 apartamentos (FACHI, CARDOSO e LIEVORE, 2010), sendo os demais conjuntos meros amontoados de blocos paralelepípedicos alinhados ocupando os interstícios dos estacionamentos...

A partir de 2009, o surgimento do programa que o governo federal denominou Minha Casa Minha Vida prometeu uma revolução na produção de habitação social no país, ao admitir que algumas famílias jamais poderão arcar sozinhas com o custo de sua habitação. Ao introduzir a política de subsídio à aquisição da moradia, o programa permite que os custos não sejam enxugados até a perda total de qualidade, porém

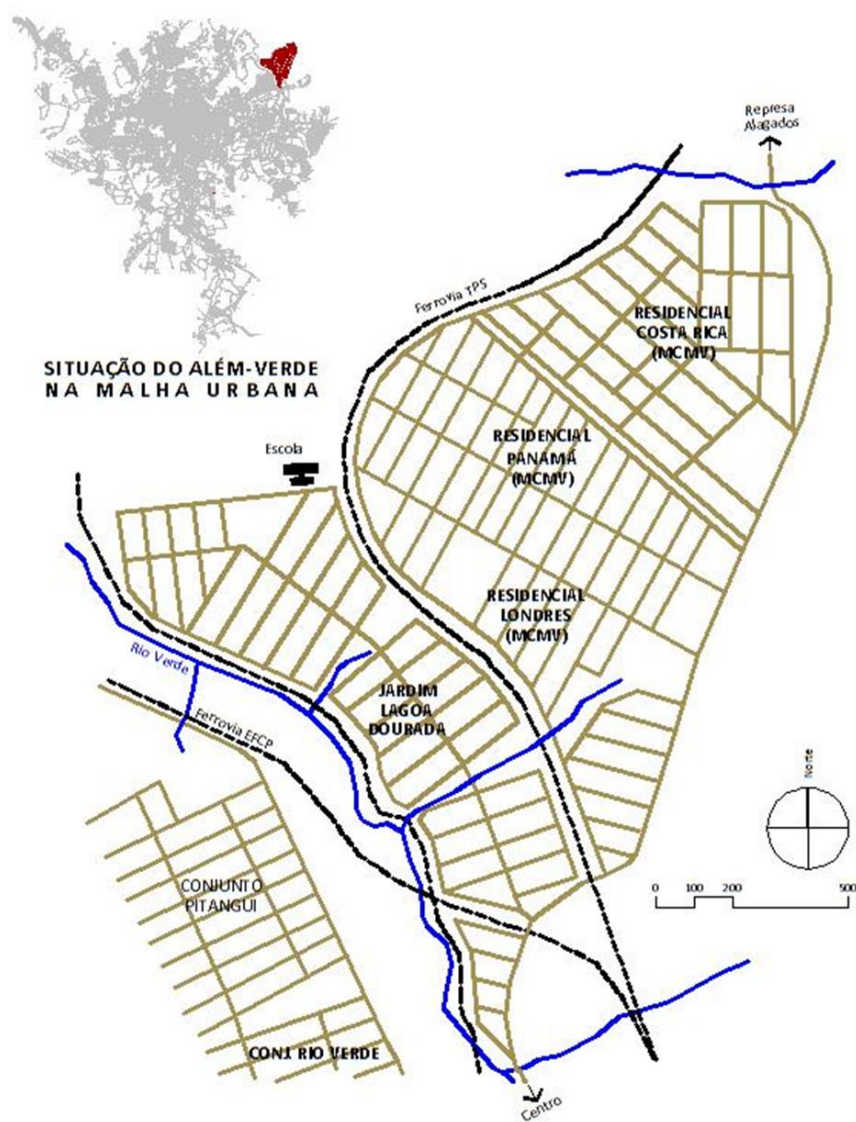
(...) apresenta, salvo raras exceções que revelam a potencialidade existente, uma baixa qualidade arquitetônica e uma inadequada inserção urbana, além de não dialogar com as práticas tradicionais de produção de moradia popular (BONDUKI, 2014)

Sob patrocínio financeiro da Caixa Econômica Federal, com a participação das duas companhias estatais remanescentes, as construtoras credenciadas estão implantando um total de 7.214 moradias de 2009 até o final de 2015 (PROLAR, 2015), quantidade que está longe de eliminar o déficit acumulado por décadas de descaso, mas ainda assim, está a promover a maior concentração temporal de produção de moradia social na cidade: em média 1.400 casas novas por ano. A notória indiferença da Prefeitura quanto à localização dos núcleos, contudo, já informa sobre a sua implantação, que tem satisfeito os interesses das empresas e não os da população.

3 O ALÉM-VERDE

Entre os diversos empreendimentos promovidos pelo programa MCMV em Ponta Grossa, destaca-se uma tendência de aglutinação na região denominada Nova Ponta Grossa (o espigão cortado pela Perimetral Leste), a meio caminho entre a urbanização consolidada e o distrito industrial provedor de cerca de 10 mil empregos, a qual fora indicada no Plano Diretor de 1992 como vetor de expansão urbana. Nessa região foram implantados os conjuntos Recanto Verde, Veneza I e II, Esplendore, Porto Seguro e outros, de casas térreas, e diversos condomínios de apartamentos, em prédios de quatro pavimentos estão em construção ou em projeto. O corredor noroeste, eixo de concentração de empregos industriais, sempre demandando habitação de baixo custo, recebeu até o momento apenas um conjunto de casas, o Jardim Boreal. Outras duas aglutinações de conjuntos aconteceram ou estão acontecendo em regiões pouco indicadas, uma delas ao sul do Centro de Eventos, onde já se implantaram 1.785 casas populares e mais 259 lotes urbanizados, estando ainda em construção ou em projeto loteamentos particulares que certamente irão agregar mais alguns milhares de habitantes aos 6,5 mil moradores atraídos pelos empreendimentos, públicos.

Outra região de concentração é o conjunto de núcleos que constitui o objeto da presente análise, situado além do Rio Verde (limite do perímetro urbano no Plano Diretor de 1992, já previamente rompido quando da aprovação, em 1998, do loteamento Lagoa Dourada II, cujos 879 lotes já estão parcialmente ocupados por 515 famílias) (PONTA GROSSA, 1998). Os empreendimentos Londres (457 casas) e Panamá (475 casas), separados do Jardim Lagoa Dourada pelo TPS (Tronco Principal Sul, ferrovia que demanda São Paulo), já estão ocupados desde julho de 2013 (SILVA, 2013), e as três etapas do conjunto Costa Rica estão em fase final, devendo abrigar até o fim de 2015 outras 1.097 famílias. (PROLAR, 2015). Reporta-se haver interesse da iniciativa privada em promover loteamentos populares na imediata vizinhança dessa aglutinação, sob a forma de três empreendimentos distintos, que irão adicionar outros dois mil lotes a esse novo bairro-dormitório plantado em plena área de proteção ambiental (APA da Escarpa Devoniana), congregando uma população de cerca de 14.904 habitantes. Os empregos da população lá alojada se situam em outros locais da cidade, exigindo longos deslocamentos diários.



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 1 – Mapa dos conjuntos Além-Verde

A população já moradora do Além-Verde em meados de 2015 soma 4.746 habitantes; as necessidades escolares de seus filhos são supridas por apenas uma unidade escolar municipal, situada no extremo noroeste do loteamento previamente existente, situação que já era excêntrica em relação ao bairro antigo e que ficou ainda mais esdrúxula com as novas implantações. Há espaços reservados para as instituições nos loteamentos aprovados e um deles já foi terraplenado pela empresa construtora, formando dois patamares, destinados à pré-escola e ao ensino fundamental.

Reporta-se uma licitação para projeto e construção de uma unidade de saúde da família no conjunto Londres, com previsão de funcionamento após 2016, ocasião em que já estarão morando 2.544 famílias na região. Como uma equipe de saúde da família é dimensionada para o atendimento de mil famílias, pode-se concluir que, nesse novo bairro, a cobertura do serviço de saúde já estará numericamente defasada no próprio momento de sua inauguração. O sistema escolar também segue a reboque da urbanização: o atendimento à demanda escolar de ensino fundamental, estará exigindo pelo menos uma nova escola de grande porte para funcionar em 2016 e provavelmente mais uma para 2018. A educação infantil, que já está demandando para 2016 cinco centros de educação infantil (há somente um instalado) exigirá, até 2018, outros três ou quatro. Quanto aos espaços de fruição, esporte e lazer, há somente uma pequena praça, com modesto equipamento, e manifestamente sem manutenção por parte do poder público.

Se esse descaso é perceptível naquilo que constitui a obrigação mais estrita do poder público (ensino, saúde), pode-se constatar uma notória indiferença quanto ao abastecimento da população – inclusive o abastecimento alimentar imediato – tarefa que sempre se atribuiu à iniciativa privada, com apenas alguma orientação do poder público, isso nos municípios onde há alguma dose de efetivo planejamento. A reserva de locais para comércio esteve presente na legislação reguladora dos parcelamentos urbanos da cidade entre 1967 (data de seu primeiro Plano Diretor) e 1992 (data do Plano Diretor que, pretensamente renovado em 2006, continua vigendo), quando foi eliminado percentual de 5% dos lotes, a serem indicados já no processo de aprovação do parcelamento, com destinação comercial. Parte da justificativa dessa omissão decorre da dificuldade em discriminar os custos dessas parcelas comerciais em demonstrativos de valor perante os órgãos financiadores de habitação popular. Seja por um injustificável esquecimento, seja por receio de enfrentar burocratas insensíveis, o efeito é nefasto: quadras e quadras de lotes residenciais, sem nem mesmo uma panificadora ao alcance dos moradores, que, em casos como o do Jardim Panamá, implica deslocamentos de mais de um quilômetro a pé, para comprar um pequeno pão.

Em todos os empreendimentos particulares, a solução para o abastecimento se dá pelas vias do mercado. Como o exemplo está ao lado, o Jardim Lagoa Dourada II serve de paradigma: desde 1998, o acúmulo das moradias sendo edificadas lastreou a demanda de 26 estabelecimentos – todos de pequeno porte, como convém a loteamento para a classe baixa – dos quais 18 estão em uso e 8 em vias de conclusão. Há lojas isoladas e até pequenos conjuntos comerciais, com predileção pela rua principal (Rua Neci Nunes Ferreira), que congrega 24 estabelecimentos ou seja, 92% do total.

Nos conjuntos edifícios de interesse social de boa qualidade como aqueles que foram implantados na Europa – e também no Brasil, no período que antecede 1964 – sempre foram previstos centros comerciais, assim como foram previstos centros comunitários, creches, pré-escolas e até mesmo bibliotecas. Os empreendimentos criados após essa época – e não somente em Ponta Grossa – acabaram por ter dotação de comércio e serviços regida pelos mecanismos do mercado, do mesmo modo que os loteamentos da iniciativa privada: ao acaso,

sem ordenação nem qualidade... e isso em moradias nas quais até o contrato de financiamento veda o uso não-residencial, deixando os mutuários à mercê de decisões burocráticas que podem chegar, na execução de certas cláusulas contratuais, a tomar-lhe a moradia por desvio de finalidade. O loteamento Londres, com menos de dois anos de ocupação, já enveredou pelo caminho dos comércios improvisados, como se vê nas fotos das Figs 2 e 3.



Fonte: Foto do autor

Figura 2 - Comércio improvisado na moradia, Residencial Londres



Fonte: Foto do autor

Figura 3 - Comércio instalado em uma garagem, Residencial Londres

4 OPORTUNIDADES PERDIDAS

Em outro momento e num outro contexto, o autor provou que a industrialização recente de Ponta Grossa (desde 1968) promovida sob a ótica do desenvolvimento criação de pôles de croissance (PERROUX, 1975) acabou acarretando um resultado sui generis: ao invés de um desenvolvimento induzido pela massa salarial dos empregados na indústria, como previsto pelo geógrafo francês, acabou concentrando mais capital na mão dos fornecedores de matérias primas – no caso de Ponta Grossa, a soja – transformando a mão de obra em um insumo não especializado, de baixo valor (LAROCCA JR., 2002). O município ostenta a condição de maior gerador de renda industrial após a capital, o município-refinaria Araucária, o município-hidrelétrica Foz do Iguaçu e o município-montadora São José dos Pinhais e seu PIB industrial suplanta o de Londrina, de Maringá e de Cascavel. No entanto, seu PIB total per capita, em 2010, estava 8% abaixo da média do estado. Isso se deve, indubitavelmente, à debilidade do setor terciário (comércio e serviços), que pode ser compreendida quando listados os PIBs do setor terciário da capital e das cidades médias do Paraná, na Tab 1.

Tabela 1- Participação da capital e cidades médias no PIB terciário do Paraná, 2010

	R\$ de 2010	% s/estado
Curitiba	34.716.185	29%
Londrina	6.557.733	5%
Araucaria	6.345.690	5%
Maringá	5.680.302	5%
São José dos Pinhais	5.210.479	4%
Cascavel	3.632.678	3%
Ponta Grossa	3.365.102	3%
Foz do Iguaçu	2.289.937	2%

Fonte : IPARDES, 2015

Uma parte desse baixo desempenho pode ser explicada pela constatação de uma clara falta de empreendedorismo no setor terciário, que a Tab 2.

Tabela 2 - População, estabelecimentos do terciário e proporção por mil habitantes: maiores cidades do Paraná

Município	População	Estab.	Por mil
Cascavel	286.205	6.767	23,6
Curitiba	1.751.907	49.115	28,0
Londrina	506.701	13.240	26,1
Maringá	357.077	11.949	33,5
P Grossa	311.611	5.994	19,2

Fonte : IPARDES, 2015

É perceptível que o setor terciário ponta-grossense está muito aquém do observado nos municípios de população semelhante, talvez por conta uma baixa renda per capita, mas também pela notória inércia em aproveitar oportunidades. O que foi observado no loteamento Lagoa Dourada II, a poucos metros de distância dos conjuntos aqui tratados, já indica uma proporção de 14,2 estabelecimentos terciários (comércio/serviços) por mil habitantes. Pois supondo mesmo um tão fraco desempenho quanto o do vizinho loteamento, os conjuntos ora em implantação do nordeste ponta-grossense permitiriam a criação de pelo menos 95 estabelecimentos de comércio ou prestação de serviços até o final de 2015, quando terão atingido 6.655 moradores (além dos 1.689 moradores atuais do loteamento Lagoa Dourada II, que já estão servidos pelos seus 26 comércios). O comércio e os serviços da cidade geram, na média, 9 empregos por estabelecimento (IPARDES, 2010).

Mesmo supondo apenas metade dessa média – afinal, trata-se de comércio de subúrbio e, ademais, subúrbio pobre – poderiam estar empregados no comércio e serviços dos conjuntos Londres, Panamá e Costa Rica, não menos de 432 pessoas. É o caso de lembrar que, no município de Ponta Grossa, a população ocupada é apenas 45% da população total (IPARDES, 2010). Ou seja, nos loteamentos citados, a força de trabalho fica na faixa de 45% dos seus 6.655 moradores, resultando 2.971 pessoas com colocação no mercado de trabalho. Os 432 empregos – ora perdidos – representam 15% dessa força de trabalho total, que poderia, em vista da tipologia do comércio vicinal, ser predominantemente feminina.

5 CONCLUSÃO

A descuidada implantação de habitação social na periferia de Ponta Grossa, desde sempre, mas de forma aguda após 2009 (advento do programa Minha Casa Minha Vida) vem proporcionando moradia a milhares de famílias, em locais inadequados, distantes, desprovidos de infraestrutura e equipamento urbano. Devido à desconexão entre o planejamento urbano sistêmico e o planejamento setorial – no caso, da habitação social, de educação, de saúde, de meio ambiente e de desenvolvimento econômico - o poder público vem sendo conduzido a reboque dos acontecimentos, implantando equipamento escolar e sanitário com atraso... sem dar nenhum tipo de atenção às áreas de fruição e ao próprio abastecimento das famílias.

Essa última falha apontada, além de penalizar os moradores recém assentados, prejudica-os numa outra dimensão, a econômica. Ao desprezar a implantação de um pequeno aparato comercial, capaz de suprir as pequenas tarefas do abastecimento diário, a cidade tem jogado oportunidades de geração de emprego e renda locais. Um programa de aproveitamento dessa chance ora desprezada pelos administradores locais poderia representar emprego formal para pelo menos 15% da força de trabalho local.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil (2014). Pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo, EDUSP.

BRUNA, Paulo Julio Valentino (2010). Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil. São Paulo: EDUSP.

CASSIOLATO, Cintia (2007). Conjunto IAPI Vila Guiomar – Santo André (SP): projeto e história. Dissertação apresentada à FAU-USP, São Paulo (2007).

CODEM (Comissão de Desenvolvimento Municipal) (1967). Plano Diretor de Desenvolvimento de Ponta Grossa. Ponta Grossa: s.n

FACCHI, Cleber; CARDOSO, Juliana e LIEVORE, Maria Fernanda (2010). Conjunto Residencial Monteiro Lobato: 32 anos de história. Obtido na internet no site www.portalcomunitario.net.br em 20/04/2015.

IPARDES, 2015; (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Base de Dados do Estado. Consulta em 20/04/2015).

LARocca JR., Joel. (2002). Desenvolvimento industrial em Ponta Grossa: trajetória e perspectivas. Dissertação apresentada à UFSC (Economia Industrial). Florianópolis.

PERROUX, François (1975). O conceito de pólo de crescimento. In : FAISSOL, Speridião (org.) Urbanização e Regionalização : relações com o desenvolvimento econômico. Brasília: Seplan / IBGE.

PONTA GROSSA (1998). Decreto 205/98: aprova o loteamento Jardim Residencial Lagoa Dourada II. Obtido na internet no site www.jusbrasII.com.br consultado em 20/04/2015.

PONTA GROSSA (1999). Lei 6.326/99. Consolida e atualiza a legislação que fixa as normas para a aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos no Município de Ponta Grossa. Obtida no site www.pg.pr.gov.br, consultado em 20/04/2015.

SCHEFFER, Sandra Maria (2006). Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa. Emancipação. Ponta Grossa: Editora UEPG, vol. 6, n.1, p. 257-278.

SILVA, Maria Gisele (2013). Dilma inaugura casas em Ponta Grossa nesta terça. Gazeta do Povo, 15/07/2013. Consultado em www.gazetadopovo.com.br em 20/04/2015.

PROCHNER, Marcilene (2008). Recente feminização da periferia de baixa renda em Ponta Grossa: análise da atuação da PROLAR. Dissertação apresentada à UEPG (Geografia). Ponta Grossa.

PROLAR – Companhia de Habitação de Ponta Grossa. Programas habitacionais. Obtido no site www.prolarpmpg.com.br, consultado em 04/05/2015.